

A Constituição deve guiar o desenvolvimento

28 OUT 1967

EUGÊNIO SALLER

FOLHA DE SÃO PAULO

Há poucos meses, um grupo de 95 deputados se reuniu em Brasília para traçar as diretrizes básicas que nortearão o destino político-econômico do país. Representando diversos setores da sociedade, os constituintes têm sobre seus ombros a difícil missão de dotar o Brasil de uma carta que assegure o ordenamento jurídico e institucional necessário ao processo de redemocratização.

Fora do Congresso Nacional, 140 milhões de brasileiros aguardam a redação final da Carta Magna, com a esperança de que seus anseios e expectativas de uma melhoria de vida sejam traduzidos em forma de artigos.

Nós empresários, também estamos preocupados com os novos rumos que a Constituinte pode dar à já conturbada economia. Assistimos, perplexos, à aprovação de uma série de artigos absurdos, que parece terem sido redigidos para a realidade de algum país ultra-desenvolvido e não para as nossas características de nação em rumo ao desenvolvimento.

Num momento crítico para o setor industrial nacional, onde necessitamos modernizar nossas fábricas — tornando os produtos brasileiros mais competitivos no exterior e, conseqüentemente, investir no parque industrial — deparamo-nos com um obstáculo: o retrocesso à estabilidade no emprego, pagamento de horas extras em dobro e redução da jornada de trabalho.

Mas isso não é tudo. Teses estranhas e contrárias aos legítimos interesses nacionais continuam com livre trânsito no anteprojeto, como por exemplo, a intenção de expandir a influência do Estado na economia, o confisco de terras produtivas, e a criação de barreiras à entrada de capital estrangeiro e à remessa de lucros.

Estamos diante de um contra-senso, que só pode ser atribuído à falta de conhecimento, visão ou má-fé de uma minoria obstinada em ver na iniciativa privada a origem de todos os males nacionais.

O Estado é responsável por 70% do PIB e tem controle absoluto sobre a economia. Ele próprio é o primeiro a não seguir as regras que determinou. Portanto, se os planos econômicos não dão certo, a culpa não é da iniciativa privada.

O Brasil precisa de uma política industrial e agrícola definida, para que os empresários possam planejar seus investimentos e produção a médio e longo prazo. Querer controlar todo o complexo sistema econômico é uma atitude típica de países de regime totalitário. As recentes experiências da França, Inglaterra e Espanha, mostram à sociedade que, quanto menor a participação e a ingerência do Estado na economia, maior o grau de eficiência dessa economia.

Em todo o mundo chegou-se à conclu-

são de que o Estado é incompetente —salvo nos casos de serviços essenciais e de segurança nacional— para gerir negócios e extrair deles a proteína de que necessita para crescer: o lucro. Até a União Soviética descobriu essa fórmula e começa a desestatizar a economia através do "glasnost".

Outro ponto que pode causar sérias conseqüências aos meios produtivos é o capítulo do segundo substitutivo que trata da reforma agrária. Essa reforma é importante para abrir novas fronteiras agrícolas e aumentar a produção de alimentos. No entanto, partir para a desapropriação de terras produtivas é uma verdadeira aberração.

O governo federal é o maior proprietário de terras agrícolas ociosas, com mais de cem milhões de hectares. Se a União transformasse essas terras em áreas produtivas, teríamos, de fato, uma verdadeira reforma agrária. Querer tirar uma propriedade de quem às vezes levou gerações para torná-la rentável —como o próprio governo já admitiu ter feito em 90% dos casos de desapropriação— acabará levando a convulsão social até o campo.

O que o Brasil necessita é de uma eficiente reforma agrícola, onde o produtor tenha acesso aos avanços tecnológicos e condições financeiras para manter e comercializar sua lavoura.

Finalmente, quero ressaltar a pro-

blemática do investimento estrangeiro. O nosso país é reconhecidamente carente de poupança interna e depende de capital estrangeiro para crescer e modernizar-se industrialmente.

Além disso, temos a questão da dívida externa, que deve ser renegociada com os banqueiros internacionais. Uma atitude xenófoba, em tais casos, longe de defender os interesses nacionais, só acrescentaria mais obstáculos aos já existentes, no caminho do crescimento e desenvolvimento do país.

Pior ainda, prejudicaria a iniciativa privada interna como um todo, já que só o afluxo de novos capitais e novas tecnologias tornaria o mercado competitivo e, conseqüentemente, mais competente.

A economia de livre mercado é a única capaz de provocar equilíbrio entre oferta e demanda, segredo da estabilização de preços. O beneficiado, mesmo que a longo prazo, será sempre o consumidor, que poderá encontrar mercadorias de melhor qualidade a um preço mais acessível.

A Constituição que está sendo elaborada deve dar ao Brasil normas básicas para que possamos encontrar o caminho do desenvolvimento, sem sequelas nefastas para a sociedade.

EUGÊNIO SALLER, 59, mestre em administração de empresas pela Universidade do Texas (EUA), é presidente do Melitta do Brasil e responsável pelas atividades desse grupo na América do Sul.